



## **Uchô Tarúnha: a terra que não é solo. O caminho de volta.**

*Uchô Tarúnha: the land that is not soil. The difficult journey to cultivate food.*

FERRARI, Clara Teixeira<sup>1</sup>; CARDOSO, Irene<sup>2</sup>; OLIVEIRA, Daniel<sup>3</sup>; FERRARI, Eugênio<sup>4</sup>; SILVA, Márcio Gomes<sup>5</sup>; BARBOSA, Willer<sup>6</sup>.

<sup>1</sup> Fundação Nacional dos Povos Indígenas, clara.ferrari@funai.gov.br; <sup>2</sup> Universidade Federal de Viçosa, irene@ufv.br; <sup>3</sup> Universidade Federal de Viçosa, danieloliveira201589@gmail.com; <sup>4</sup> Universidade Federal de Viçosa, eugenioferrari@ufv.br; <sup>5</sup> Universidade Federal de Viçosa, márcio.gomes@ufv.br; <sup>6</sup> Universidade Federal de Viçosa, wbarbosa@ufv.br.

## **RELATO DE EXPERIÊNCIA TÉCNICA**

### **Eixo Temático: Ancestralidades, terra e território**

**Resumo:** Realizou-se uma caminhada, de aproximadamente 12 km, com o objetivo de reviver um caminho antigamente percorrido por camponeses (as) Puri do município de Araponga para as comunidades de Marreco e Marrequinho, localizadas em Jequeri (Minas Gerais). Essas comunidades abrigaram muitas famílias agricultoras e diversidade de alimentos, mas hoje sua paisagem é dominada por pastagens e gado nelore. A metodologia incluiu momentos de observação, relatos espontâneos e partilhas em momentos coletivos. Durante a caminhada, memórias foram reativadas, narrativas foram despertadas e reflexões foram feitas sobre expropriação, concentração fundiária, violência patronal, reconquista do território, trabalho coletivo, cultura popular e amor à terra. A caminhada revelou-se como um instrumento potente de leitura coletiva da paisagem e de recuperação de elementos necessários à compreensão do povo camponês e Puri de Araponga.

**Palavras-Chave:** Indígenas Puri, agricultura familiar camponesa, violência patronal, concentração fundiária, cultura popular.

### **Contexto**

A Zona da Mata mineira abriga indígenas Puri, cuja cultura está presente nas relações culturais e com a natureza. Em Araponga, em especial, agricultores(as) familiares camponeses (as) se reconhecem como Puri ou descendentes deste povo e possuem experiências agroecológicas que se vinculam diretamente à formação social da agricultura camponesa, na qual marcadores da cultura Puri estão presentes. O povo indígena Puri, expropriado de seus territórios, resistiu por séculos na invisibilidade e vem, aos poucos, reconstruindo sua identidade.

Uma caminhada foi realizada da comunidade de São Joaquim (Araponga) às comunidades rurais de Marreco e Marrequinho (município de Jequeri), que ficam às margens do Rio Santana, na cabeceira da Cachoeira Grande, nas divisas com os municípios de Canaã e Araponga. Marreco e Marrequinho são comunidades vizinhas e frequentemente os(as) agricultores(as) utilizam apenas o nome de Marrequinho para fazer referência a elas. Adota-se aqui a denominação Marrequinho, referindo-se às duas localidades. Em passado recente, muitas famílias agricultoras se deslocavam de Araponga para produzirem alimentos no Marrequinho. Atualmente, poucas famílias residem na comunidade, que possui pastagens como principal uso da terra.



A caminhada foi realizada em 22/04/2023 como parte de projetos de extensão e pesquisa da Universidade Federal de Viçosa (UFV). A caminhada, considerada um instrumento metodológico, foi orientada pelo princípio da vivência. Objetivou-se possibilitar a agricultores (as) Puri de Araponga reviver um caminho antigamente percorrido, reativar memórias e despertar narrativas sobre as experiências de migração para o cultivo de milho, arroz e feijão nas várzeas e proximidades do Rio Santana, na comunidade de Marrequinho.

A caminhada procurou responder: Por que estes agricultores saíam de Araponga para cultivar milho, feijão e arroz em Marrequinho? Por que deixaram de ir e para onde foram? Qual a relação desta dinâmica social com a luta pela terra em Araponga? Qual a relação com a história do povo Puri? Quais as transformações ocorridas na paisagem do Marrequinho? Ao longo da caminhada, motivados por estas questões, reflexões foram feitas sobre a expropriação, a concentração fundiária, a violência patronal e a reconquista do território, fortalecida pelo trabalho coletivo, a cultura popular e o amor à terra.

### **Descrição da Experiência**

A caminhada de 12 km incluiu uma mística de abertura, momentos de diálogo e uma roda de conversa no encerramento. A atividade durou 8 horas e envolveu 33 pessoas (agricultores Puri de Araponga, Jequeri e Ervália e estudantes e professores da UFV). Alguns trechos foram feitos a pé e outros em carros, o que agilizou a caminhada e viabilizou a participação de crianças e pessoas idosas. Os participantes foram provocados a observar a paisagem e compartilhar as memórias e histórias de cada lugar. Paradas foram realizadas para compartilhamento das experiências, sentimentos e impressões dos participantes.

Iniciou-se a caminhada na casa de uma família agricultora de Araponga, que acolheu o grupo com alimentos da memória popular: fubá suado, mandioca cozida com melado e broa de rapadura. Realizou-se a apresentação dos participantes e das motivações da caminhada, entre elas o desejo de refazer o caminho do Marrequinho como uma busca do “caminho de volta”, uma forma de aprofundamento das raízes para compreender as próprias identidades no presente. O grupo de Folia de Reis da comunidade do Boné, Araponga, fez a abertura da atividade, dançando e cantando a folia com um repente sobre a caminhada:

“Ó que bonita chegada, o mundo encheu de luz, aiai. Aqui tá o nosso povo, os apóstolos de Jesus, aiai. Aqui está nossos Puri, da Serra do Brigadeiro, aiai. Onde há o nosso povo, aqui está meu santo Rei, aiai. Que nós viemos caminhar, tá bem junto com vocês, aiai”.

O grupo da Folia de Reis também cantou e encenou uma música em língua Puri, “Ho-ho bugre”, que significa “Vencemos o bugre. Pular, pular. Eu vou comer e beber”. Essa música retrata as comemorações dos Puri ao retornar de uma guerra:

“Ho, Ho bugure ita najy. Guaschantl'eh, guaschantl'eh. Á, á, canjâna machê tch'imbá”.



Segundo relatos, foram para o Marrequinho, entre os anos de 1940 e 1990, cerca de 100 famílias agricultoras que trabalhavam à meia nas terras de 3 fazendeiros. Os(as) agricultores(as) de Araponga que não possuíam terras se deslocavam até o Marrequinho por longas temporadas, às vezes permaneciam por muitos anos, pois as terras de lá eram consideradas mais férteis e menos frias que as terras de Araponga e, portanto, mais propícias ao cultivo de milho, feijão e arroz. Os principais alimentos consumidos pelas famílias eram angu, canjiquinha, feijão e verduras. O arroz era pouco consumido, mas era um produto considerado de boa comercialização e constituía importante fonte de renda das famílias. Para a comercialização, os produtos eram levados em carros de boi até Cajuri, onde havia a estação de trem mais próxima.

O tipo de solo predominante no Marrequinho não se difere dos solos mais comuns de Araponga, mas é possível que tenha maior fertilidade pois possui afloramentos de gnaisses com maior quantidade de minerais ferromagnesianos. A migração para a região, entretanto, parece não ter sido motivada apenas pela qualidade do solo e clima, mas pela falta de terra que não permitia às famílias produzirem seu próprio alimento, pois não era frequente o deslocamento de pessoas com terra. Ainda havia o sonho de conseguir dinheiro que permitisse às famílias adquirir sua própria terra.

Por volta de 1990, o número de famílias que se deslocava para o Marrequinho diminuiu muito. Parte das famílias foi para as cidades grandes, especialmente São Paulo, em busca de melhores condições de vida. Outros(as) agricultores(as) voltaram definitivamente para Araponga. Com isto, as áreas de plantio de alimentos foram sendo transformadas em pastagens, o que é observado comumente no Brasil, pois o manejo das pastagens, como feito, exige pouca mão de obra. Assim, quando as pessoas saem, o gado ocupa o lugar. Na paisagem atual, há algumas casas abandonadas, ruínas de casas barreadas (de pau a pique) e vestígios de antigos lugares habitados, como por exemplo, bambuzais que ficavam nos quintais, antigos moinhos e as “cavas”, que funcionavam como chiqueiros.

Ao entrar na comunidade do Marrequinho, os jongs que animavam o trabalho de cultivo em mutirão foram lembrados e cantados. O mutirão era feito nos eitos, a área a ser trabalhada, dividido em becos, as parcelas de responsabilidade de cada trabalhador. No mutirão havia sempre um “cortador” e um “beirador”, que assumiam as duas bordas do eito e iam marcando e mantendo as linhas dos becos e dando o ritmo de trabalho, enquanto os demais iam nos becos, que se distribuíam como fileiras entre o “beirador” e o “cortador”. O grupo trabalhava subindo o morro, “encurralados no beco”. Segundo alguns, era a “boa ditadura” e cada um se virava como podia para acompanhar o grupo. Quando terminavam a subida, o grupo descia cantando jongo e reiniciava a subida em novo eito. “Preparava no eito e colhia no beco”, ou seja, o trabalho era feito coletivamente, ritmado pelo jongo, mas cada um assumia a responsabilidade do trabalho de seu beco. Curiosamente, o marcador e o beirador eram dois agricultores sem terras de Araponga, que a partir de experiências de muita exploração com os patrões de Araponga resolveram ir para o Marrequinho trabalhar.



Alguns dos jongs lembrados durante a caminhada:

“Tô lerando e tô lerando e tô cansado de lerar. Quem tiver cachaça boa, manda calango buscar. Que o calango é muito esperto, vai depressa e volta já...”.

“Quem tem roça no mato é lobisomem, quem já capinou é o rei dos homens. É o rei dos homens, é o rei dos homens, quem já capinou é o rei dos homens”.

Contaram os agricultores que até o dia 24 de dezembro todas as roças tinham que ser capinadas. Após esse dia, quando havia uma roça não capinada, era feito um espantalho, um “tibode”, que era colocado na roça não capinada, sem o dono perceber. Isso era motivo de zombaria e no dia seguinte todos cantavam o jongo do “João do Mato”. Se a falta da capina tinha corrido por motivo justo, como doença, quando chegava o dia 26, os agricultores, em mutirão, ajudavam a capinar aquela roça.

Foram também partilhadas histórias que lembram as relações assimétricas de poder entre patrão e trabalhadores. “Patrão é que nem jararaca, o veneno é tudo igual”. Um dos agricultores nos contou que foram retirar o mel de uma colmeia de abelhas formada em um cupinzeiro. Não havia roupa apropriada, foi um trabalho difícil e sentiram medo. Quando conseguiram retirar o mel, o patrão chegou com um caldeirão, levou todo o mel e deixou para os trabalhadores apenas a cera.

O trabalho era à meia, mas havia a exigência de que um dia da semana, em geral às quartas-feiras, o trabalhador se dedicasse a cuidar exclusivamente da área dos patrões. Este trabalho era aparentemente pago, mas que segundo os agricultores presentes: “Eles fingiam que pagava e nós fingia que recebia”. Nesse dia, eles não poderiam faltar por qualquer motivo, nem mesmo doença. Caso não pudessem trabalhar, eles precisavam “pagar” a diária para uma pessoa trabalhar no lugar. Por determinação do patrão, frequentemente as famílias tinham que mudar de casa, para que não criassem vínculo com um determinado lugar, para deixar claro que a propriedade e as casas pertenciam ao patrão e não às famílias trabalhadoras.

Certa vez, em janeiro, houve uma seca muito atípica e com ela, a escassez de alimentos. Um dos agricultores socorreu a comunidade do Marrequinho levando, em carro de boi, grandes quantidades de inhame colhidos em Araponga. Chegando no Marrequinho, as crianças pegavam parte da carga e levavam para suas casas, onde duas panelas eram cozidas lado a lado: uma para a família, outra para os porcos. Nessa época as mulheres colhiam espigas de milho ainda verdes para fazer fubá.

Além das violências da relação desigual entre patrões e empregados, as mulheres também sofreram violências associadas ao gênero. Uma das agricultoras, por exemplo, sem condições adequadas de trabalho na gestação, teve um aborto enquanto trabalhava no alto do morro. Esta mesma mulher sentia medo do patrão, que por muitas vezes ficava no terreiro, parado, usando uma capa preta, enquanto o marido dela não estava em casa. Pouco foi relatado sobre o trabalho das mulheres



no Marrequinho, mas durante os mutirões a comida era levada pelas mulheres que carregavam na cabeça uma gamela coberta com um pano branco, apelidada de “cachorrinha branca”.

A chegada da caminhada foi na casa de três irmãos que vivem até hoje na comunidade do Marrequinho. Uma roda de conversa foi realizada para socialização das impressões, sentimentos e avaliações da caminhada. Ficou clara a emoção dos agricultores em reviverem as lembranças e revisitarem lugares que marcaram a sua vida desde a infância. Aqueles de outros lugares que não vivenciaram a história do Marrequinho também compartilharam suas histórias e a emoção de pisar aquele chão e conectar com suas próprias experiências de vida e suas ancestralidades. Os anfitriões do Marrequinho puderam relatar um pouco de como é a vida hoje nesse território, onde já não há mais a diversidade de alimentos e a efusiva presença de tantas famílias, onde a paisagem é dominada pela pastagem. O gado ocupa hoje o território que antes abrigou tantas famílias, fartura de alimentos e práticas culturais.

## Resultados

O Marrequinho é um lugar marcante na história de muitas famílias camponesas e Puri de Araponga. Existe uma memória afetiva e um vínculo com o local onde muitos destes camponeses nasceram, cresceram ou criaram seus filhos, apesar de também remeterem a experiências dolorosas de um período de muita exploração. A paisagem atual do Marrequinho guarda, por um lado, a memória do trabalho árduo, do controle e da violência exercidos pelos donos das terras, análogos aos tempos de escravidão. Por outro lado, desperta memórias de tempos em que o trabalho era coletivo, quando os porcos após serem abatidos eram compartilhados com os vizinhos, quando havia grande fartura de peixes pescados no Rio Santana e quando eram feitas as “festas de acabadas de roça”, com calango, jongo, toadas e cantorias rimadas em versos de desafio. O jongo faz referência ao trabalho na roça e os cantores com rimas e repentes, em tom maroto, se desafiam e divertem os ouvintes. É possível que o jongo neste contexto regional intercultural, com influências Puri e negras, seja uma variação do tradicional jongo, reconhecido como patrimônio imaterial brasileiro, uma forma de expressão cultural afro-brasileira com raízes nas tradições ancestrais africanas dos povos bantos (CNFCP, 2005). No Marrequinho o jongo era entoado tanto em momentos festivos quanto no trabalho em mutirão. Ele não envolve necessariamente a dança e a percussão de tambores, mas inclui outros instrumentos como a viola de taquara, instrumento de origem Puri, o cavaquinho e o bater de colheres.

As famílias que se mudaram para São Paulo, seguiram uma das lógicas da modernização da agricultura: esvaziar o campo e ter mão de obra barata nas cidades. As que ficaram, em sua maioria conseguiram conquistar sua própria terra, mesmo que pequena, e com isto deixaram de ir para o Marrequinho. Ainda, algumas dizem que a terra no Marrequinho também se enfraqueceu. Mais tarde, em Araponga, muitas dessas famílias adquiriram suas terras a partir do processo denominado de “Conquista de Terras em Conjunto”, uma experiência local de reforma agrária, criada e animada pelo Sindicato dos(as) Trabalhadores(as) Rurais



de Araponga (CAMPOS, 2006). Segundo um dos agricultores, a conquista de terras mobilizada pelo sindicato possibilitou a aquisição de terras por mais de 300 famílias agricultoras em Araponga. No entanto, reconhece que a experiência se expandiu sem o sindicato e que várias famílias passaram a utilizar as mesmas lógicas para aquisição de terra. Com isso, estima que cerca de 1.400 propriedades já foram adquiridas em Araponga.

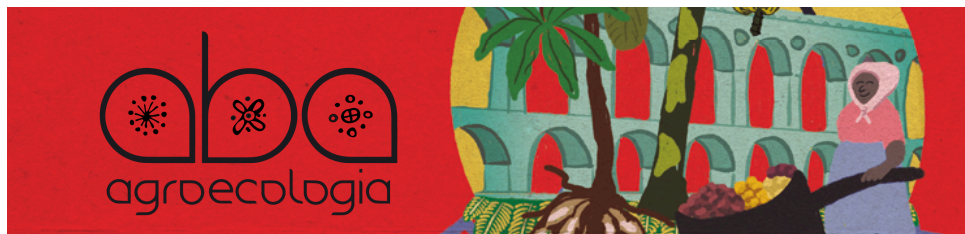
Segundo um dos agricultores, dos mutirões no Marrequinho nasceu a organização dos(as) camponeses em Araponga. Esta foi uma experiência que motivou o trabalho coletivo e se materializou na fundação do Sindicato dos Trabalhadores(as) Rurais, na Conquista de Terra em Conjunto, na fundação da Escola Família Agrícola Puris, etc. Assim, a caminhada revelou que o processo organizativo atual pode ter sido gestado no trabalho coletivo no Marrequinho, mas também orientado pelos princípios de respeito à vida e amor à terra, fruto da herança Puri.

Em Araponga, o processo de reconquista do território pelo povo Puri, a partir da conquista de terra, reverbera na diversidade da paisagem, no fortalecimento da agroecologia em Araponga, na produção de alimentos em fartura e qualidade, no amor e no respeito à natureza. Ao contrário, no Marrequinho, a concentração de terras nas mãos de grandes proprietários rurais e o esvaziamento do campo, revela uma paisagem simplificada e degradada, com menos gente e mais gado. Esta transformação causa impactos ambientais como a degradação do solo e da água e impactos socioeconômicos.

A metodologia da caminhada, que incluiu momentos de observação, relatos espontâneos e partilhas em momentos coletivos, revelou-se como um instrumento potente de leitura coletiva da paisagem e de recuperação de elementos necessários à compreensão do povo camponês e Puri de Araponga. Pedras, rios, caminhos, morros e árvores remeteram a longas histórias e despertaram as cantorias. Os elementos trazidos para partilha revelaram também que a vida no Marrequinho reconta a história vivida em muitos outros “marrequinhos” pelo Brasil: moradias sem conforto, trabalho e vidas cerceadas pelos donos das terras, não reconhecimento do trabalho feminino, a ameaça velada às mulheres e a falta de terra e território, para que o povo possa produzir alimentos com respeito a todos os seres. Uma terra que não é solo, porque é mãe que alimenta e deve ser alimentada com alimento de qualidade e não com insumos que a envenenam e tiram sua vida!

### **Agradecimentos**

Ao Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) e à Escola Família Agrícola (EFA) Puris que apoiaram a realização desta caminhada, em especial ao Sr. Neném, Niuton Teotônio Lopes, pela parceria nos projetos, na organização da caminhada e na revisão do texto.



### Referências bibliográficas

CAMPOS, A. P. T. “**Conquista de terras em conjunto**”: redes sociais e confiança – a experiência dos agricultores e agricultoras familiares de Araponga – MG. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2006.

CNFCP. **Jongo, patrimônio imaterial brasileiro**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), 2005.